



CONHECIMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE

2

Edson da Silva
(Organizador)



CONHECIMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE

2

Edson da Silva
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial- Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^ª Dr^ª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^ª Dr^ª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^ª Dr^ª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Dr^ª Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Edson da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C749 Conhecimentos e desenvolvimento de pesquisas nas ciências da saúde 2 / Organizador Edson da Silva. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-578-5

DOI 10.22533/at.ed.785201711

1. Saúde. 2. Pesquisa. 3. Conhecimento. I. Silva, Edson da (Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A coleção “Conhecimentos e Desenvolvimento de Pesquisas nas Ciências da Saúde” é uma obra com foco na análise científica e foi desenvolvida por autores de diversos ramos da saúde. A obra foi estruturada com 127 capítulos e organizada em cinco volumes.

Cada e-book foi organizado de modo a permitir que a leitura seja conduzida de forma independente e com destaque no que seja relevante para você que é nosso leitor.

Com 21 capítulos, o volume 2 reúne autores de diferentes instituições que abordam trabalhos de pesquisas, relatos de experiências, ensaios teóricos e revisões da literatura. Neste volume você encontra atualidades em diversas áreas da saúde.

Deste modo, a coleção Conhecimentos e Desenvolvimento de Pesquisas nas Ciências da Saúde apresenta trabalhos científicos baseados nos resultados obtidos por pesquisadores, profissionais e acadêmicos de diversos cursos da área. Espero que as experiências compartilhadas neste volume contribuam para o seu aprimoramento nas temáticas discutidas pelos autores.

Edson da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NO MARANHÃO NO PERÍODO DE 2016 A 2019

Aclênia Maria Nascimento Ribeiro
Maria Paula da Silva Oliveira
Danielle Lages Aragão Cavalcante
Nadja Vanessa Dias de Oliveira
Taís Silva de Oliveira
Rodrigo Marcondes de Pinho Pessoa
Adriana de Medeiros Santos
Daniella Mendes Pinheiro
Maria Lailda de Assis Santos
Elisângela Márcia de Oliveira
Alaine Maria da Costa
Francinalda Pinheiro Santos

DOI 10.22533/at.ed.7852017111

CAPÍTULO 2..... 11

CARACTERIZAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA TUBERCULOSE NO PIAUÍ

Aclênia Maria Nascimento Ribeiro
Maria Lailda de Assis Santos
Maria do Socorro Rego de Amorim
Adriana de Medeiros Santos
Marília Silva Medeiros Fernandes
Daniella Mendes Pinheiro
Sandra Maria Gomes de Sousa
Danielle Lages Aragão Cavalcante
Nadja Vanessa Dias de Oliveira
Rodrigo Marcondes de Pinho Pessoa
Verônica Maria de Sena Rosal
Sara de Almeida Silva

DOI 10.22533/at.ed.7852017112

CAPÍTULO 3..... 21

A VULNERABILIDADE DA SAÚDE DO IDOSO NAS DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL

Cleide Monteiro Zemolin
Ezequiel da Silva
Caren Franciele Coelho Dias
Cláudia Monteiro Ramos
Leatrice da Luz Garcia
Nicole Adrielli Monteiro Zemolin

DOI 10.22533/at.ed.7852017113

CAPÍTULO 4.....32

O AVANÇO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO MOTIVADO POR PANDEMIAS

Virgínia Mara Reis Gomes
Tháís Andrade Castro
Luísa de Castro Inácio
Emanuel Victor Alves Costa
Vinícius Augusto Andrade Freitas
Gabriel Felipe Sant’Ana Silva
Maxuel Pereira de Oliveira
Melissa Pereira de Oliveira
Isabella Zechlinski Machado
Luiz Sequeira Fernandes
Daniel Vitor Dias Macedo

DOI 10.22533/at.ed.7852017114

CAPÍTULO 5.....39

CONHECIMENTO E ATITUDE DE INDIVÍDUOS COM DIABETES *MELLITUS*

Gabryella Garibalde de Santana Resende
Gabriela Menezes Gonçalves de Brito
Fábia Luanna Leite Siqueira Mendes Santos
Maria Cláudia Tavares de Mattos
Liudmila Miyar Otero
Cristiane Franca Lisboa Góis
José Rodrigo Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.7852017115

CAPÍTULO 6.....49

ESTAFILOCOCCIA CUTÂNEA

Victor Sussumu Kanematsu
Jéssica Pasquali Kasperavicius
Luis Felipe Chaga Maronezi
Joana Stela Rovani de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.7852017116

CAPÍTULO 7.....52

PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS DE SAÚDE MUNICIPAIS DENTRO DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL

Indyara de Araujo Moraes
Danylo Santos Silva Vilaça
Mariana Sodário Cruz
Jéssica de Souza Lopes
Weverton Vieira da Silva Rosa
Mariane Sanches Leonel de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.7852017117

CAPÍTULO 8..... 65

PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA

Indyara de Araújo Morais
Weverton Vieira da Silva Rosa
Jéssica de Souza Lopes
Mariane Sanches Leonel de Sousa
Erika Santos de Aragão

DOI 10.22533/at.ed.7852017118

CAPÍTULO 9..... 79

ANÁLISE INTEGRATIVA DAS PRINCIPAIS ZONÓSES DE OCORRÊNCIA NO BRASIL

Gilberto Cezar Pavanelli
Ana Carolina Soares Avelar
Caroline Côrtes Donida
Weber Alexandre Sobreira Moraes
Lucas França Garcia

DOI 10.22533/at.ed.7852017119

CAPÍTULO 10..... 87

IDENTIFICAÇÃO E EXTRAÇÃO DO MATERIAL GENÉTICO DE OBESOS PARA POSTERIOR ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO GENOTÍPICA DO HAPLÓTIPO MC4R

Ângelo Marcelo Wosniacki Filho
Pedro Henrique Graciotto Pontes Ivantes
Braulio Henrique Magnani Branco
Marcelo Picinin Bernuci
Marcela Funaki dos Reis

DOI 10.22533/at.ed.78520171110

CAPÍTULO 11..... 102

ASSOCIAÇÃO ENTRE INDICADORES DE ADIPOSIDADE CORPORAL E PRESSÃO ARTERIAL EM ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO LUÍS – MA

Fernanda Furtado Almeida
Kassiandra Lima Pinto
Adriana Furtado Baldez Mocelin
Luana Lopes Padilha
Monique Silva Nogueira de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.78520171111

CAPÍTULO 12..... 119

A SOROPOSITIVIDADE NO CONTEXTO DO HIV/AIDS NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

Ana Paula Barbosa Alves
Marcos Antonio Pellegrini

DOI 10.22533/at.ed.78520171112

CAPÍTULO 13..... 131

RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPORTAMENTO ORTORÉXICO EM UNIVERSITÁRIOS

Patrícia Maria Brito da Silva
Priscylla Tavares Almeida
Emanuelle Silva Russell
Ellen Diana Silva de Souza
Luciana Nunes de Sousa
Paulina Nunes da Silva
Cícero Jordan Rodrigues Sobreira da Silva
Isadora Garcia Pires
Ana Karine Gomes de Figueiredo Correia
Raquel Peres de Oliveira
Sergio de Almeida Matos
Brunna da Cruz Araujo

DOI 10.22533/at.ed.78520171113

CAPÍTULO 14..... 141

OS AGROTÓXICOS E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE: MALEFÍCIOS ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA ALIMENTAÇÃO

Rochelle Andrade Feitosa do Nascimento
Ana Kalyne Marques Leandro
Cibele Malveira Linhares Furtado de Vasconcelos
Ednara Marques Lima
Maria Iara Carneiro da Costa
Yarla Santos de Figueiredo Lima Cavalcante
José Carlos Araújo Fontenele

DOI 10.22533/at.ed.78520171114

CAPÍTULO 15..... 144

PRINCÍPIO DA INTEGRALIDADE NA REGULAÇÃO DA SAÚDE: REFLEXÃO TEÓRICA

Luzia Beatriz Rodrigues Bastos
Diniz Antonio de Sena Bastos
Maria Alves Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.78520171115

CAPÍTULO 16..... 151

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA PRESCRIÇÃO PARA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS E PSICOTRÓPICOS DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE JOINVILLE (SC – BRASIL)

Ana Carolina da Silva Simões
Eduardo Estevão Testoni
Eduardo Manoel Pereira

DOI 10.22533/at.ed.78520171116

CAPÍTULO 17..... 165

PESSOAS QUE USAM COCAÍNA E DERIVADOS: INFORMAÇÕES PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE EM DOIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, NORTE DO BRASIL

Romário Reis Cavalcante
Jailson das Mercês Damasceno
Eliezer Dourado Marques
Ronaldo Adriano da Costa Sousa
Raquel Silva do Nascimento
Aldemir Branco de Oliveira Filho

DOI 10.22533/at.ed.78520171117

CAPÍTULO 18..... 178

TÉCNICAS DE CIRURGIAS BARIÁTRICAS: REVISÃO DA LITERAURA

José Lazzarotto de Melo e Souza
Idelcena Tatiane Miranda
Thais Andrade Costa Casagrande
Marcelo de Paula Loureiro
João César Zielak

DOI 10.22533/at.ed.78520171118

CAPÍTULO 19..... 198

O ENSINO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Inara Ferreira Cândido
Thiago Bezerra Lopes
Sanidia Hellen Albuquerque Mendes
Débora Cristina Freitas dos Santos
Gustavo Miranda Lustosa
Diana Ribeiro Gonçalves de Medeiros Gomes
Ana Beatriz Timbó de Oliveira
Beatrice de Maria Andrade Silva
Ana Isabel Andrade Silva
Rebeca Sonally da Silva Menezes
Sarah Gomes Unias Alves
Bianca Araujo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.78520171119

CAPÍTULO 20..... 204

CARACTERIZAÇÃO DOS TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS INFANTIS ATENDIDOS NO CAPS INFANTIL, NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA-TO DE JANEIRO DE 2017 A JUNHO DE 2018

Giovana Alves Pereira
Kamila Ariane Moraes Silva
Murilo Alves Bastos
Débora Regina Madruga de Vargas

DOI 10.22533/at.ed.78520171120

CAPÍTULO 21.....	211
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE PARA O TRABALHO INTERPROFISSIONAL	
Jannefer Leite de Oliveira	
Maria Luiza Oliveira Silva	
Maria de Fátima César Lima	
Cássia Pérola dos Anjos Braga Pires	
Rosângela Ramos Veloso Silva	
Orlene Veloso Dias	
DOI 10.22533/at.ed.78520171121	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	225
ÍNDICE REMISSIVO.....	226

CAPÍTULO 7

PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS DE SAÚDE MUNICIPAIS DENTRO DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 05/08/2020

Indyara de Araujo Morais

Universidade de Brasília – UNB
Brasília – Distrito Federal
<http://lattes.cnpq.br/3026128212606373>

Danylo Santos Silva Vilaça

Universidade de Brasília – UNB
Brasília – Distrito Federal
<http://lattes.cnpq.br/6611216316490950>

Mariana Sodário Cruz

Universidade de Brasília – UNB
Brasília – Distrito Federal
<http://lattes.cnpq.br/6686403645101631>

Jéssica de Souza Lopes

Universidade de Brasília – UNB
Brasília – Distrito Federal
<http://lattes.cnpq.br/0467445889766523>

Weverton Vieira da Silva Rosa

Escola Superior De Ciências Da Saúde – ESCS
Brasília – Distrito Federal
<http://lattes.cnpq.br/4349135247816733>

Mariane Sanches Leonel de Sousa

Universidade de Brasília – UNB
Brasília – Distrito Federal
<http://lattes.cnpq.br/8916555240078091>

RESUMO: Este estudo tem por objetivo analisar o papel dos Conselhos Municipais de Saúde (CMS) no processo de regionalização da saúde

no Brasil. Trata-se de um estudo transversal, descritivo, tendo como base um questionário *online* enviado aos CMS de todo o país via correio eletrônico, e, as informações disponíveis no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS) do Conselho Nacional de Saúde. O retorno recebido foi de 374 respostas consideradas válidas. Como resultados, 63,2% dos respondentes afirmaram que não discutiram o processo de criação das Regiões de Saúde, e 80,1% indicaram que os Conselhos não foram ouvidos durante o processo de Regionalização. Por fim, esperava-se mais contribuições dos CMS, uma vez que a metodologia de envio de questionário eletrônico objetivou - sobretudo - a maior adesão dessas instâncias à nível nacional, mas ainda assim, os resultados obtidos caracterizam-se representativos.

PALAVRAS - CHAVE: Regionalização; Conselhos de Saúde; Participação Social; Política de Saúde; Sistema Único de Saúde.

PARTICIPATION OF MUNICIPAL HEALTH COUNCILS WITHIN THE HEALTH REGIONALIZATION PROCESS IN BRAZIL

ABSTRACT: This study aims to analyze the role of the Municipal Health Councils (CMS) in the process of health regionalization in Brazil. This is a cross-sectional, descriptive study, based on an online questionnaire sent to CMS throughout the country via electronic mail, and the information available in the Health Council Follow-up System (SIACS) of the National Health Council. Return received was 374 responses considered valid. As a result, 63.2% of the respondents stated that they did not discuss the process of creating the Health

Regions, and 80.1% indicated that the Councils were not heard during the Regionalization process. Finally, more CMS contributions were expected, since the methodology of sending electronic questionnaires aimed - above all - the greater adherence of these instances to the national level, but still, the results obtained are representative.

KEYWORDS: Regional Health Planning; Health Councils; Social Participation; Health Policy; Unified Health System.

1 | INTRODUÇÃO

O modelo de gestão do SUS pressupõe uma articulação estreita, conjunta e complexa dos seus principais espaços de representatividade em cada nível de governo a fim de realizar a negociação e decisão. Para os gestores: Comissão Intergestores Tripartite (CIT), no âmbito nacional; Comissões Intergestoras Bipartites (CIB), no âmbito estadual. Em 2011, foram criadas as Comissões Intergestores Regionais (CIR), no âmbito das Regiões de Saúde; e, além disso, conta-se com conselhos de secretários de Saúde nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Para a população em conjunto com prestadores de serviços, trabalhadores, usuários e gestores: os Conselhos de Saúde nos âmbitos nacional, estadual e municipal, afóra a realização periódica das Conferências de Saúde conforme a Lei nº 8.142/1990 (BRASIL, 1991; MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2009).

A primeira normativa que estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade no SUS, foi a Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-2002), e que nesta, a participação social é considerada órgão apreciador e deliberativo do Plano Diretor Regional (PDR), em sua instância de Conselho Estadual de Saúde (BRASIL,2002),.

O Decreto nº 7.508/2011, que regulamentou a Lei nº 8.080/90 e definiu a Região de Saúde como:

(...) o espaço geográfico contínuo constituído por agrupamento de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde (BRASIL, 2011. p. 1).

Neste decreto supracitado, coube aos Conselhos de Saúde a responsabilidade de participar do processo de planejamento ascendente, de forma a contemplar as necessidades das políticas de saúde e a disponibilidade de recursos financeiros; aprovar os planos de saúde e os relatórios de gestão dos municípios para serem integrados ao plano regional; e caso tenha a assinatura do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP), os Conselhos de Saúde devem monitorar sua execução (BRASIL, 2011).

No país foram registradas 437 Regiões de Saúde, definidas pelo Governo Estadual, conforme indica o Art. 25 da Constituição (BRASIL, 1988), para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, as quais foram

formadas com pactuações de relações intergovernamentais e intergestores a partir das NOAS-2002 (BRASIL, 2002).

Os Conselhos de Saúde foram constituídos nas três esferas do governo para formular, fiscalizar e deliberar sobre as políticas de saúde (BRASIL, 2006). Dessa forma, são considerados espaços deliberativos integrantes da estrutura político-institucional do SUS de forma permanente (DURÁN; GERSCHMAN, 2014), apesar de que a participação social, hierarquização e regionalização serem diretrizes do SUS, presentes na CF, as ações de conformação de regiões de saúde são recentes e o papel dos Conselhos se mostra ser tímido de acordo com as normativas e literatura (QUEVEDO; HECK; JARDIM, 2012), onde há um percurso gradativo em relação à importância do controle social, porém, as normativas indicaram inconsistência no que tange à sua efetiva atuação (MORAIS; VILAÇA; CRUZ, 2016).

Este estudo tem por objetivo analisar o papel dos Conselhos Municipais de Saúde (CMS) no processo de regionalização da saúde no Brasil, além de apresentar panorama atual destes, utilizando o Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde - SIACS. Em complemento foi realizada uma caracterização dos respondentes utilizando o dos dados disponíveis no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Esta pesquisa está incluída no projeto “Governança nas Regiões de Saúde do Brasil” aprovado para financiamento no Edital 41/2013 DECIT/ SCTIE/ MS/ CT-Saúde/ CNPq/ MCTI. Destaca-se que este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, com parecer nº. 1.326.731.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, resultante da aplicação de questionário *online* remetido aos Conselhos Municipais de Saúde (CMS) brasileiros, via correio eletrônico, e, caracterização dos respondentes de acordo com as informações disponíveis no Sistema de Acompanhamento de Conselhos de Saúde (SIACS) do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os correios eletrônicos foram captados das informações disponíveis no SIACS, um sítio eletrônico criado em 2012, que tem por objetivo reunir as informações sobre os conselhos de todo o país. Foram solicitados os dados de todos os CMS do país via Ouvidoria do SUS, sob Protocolo 1696701. Esses dados foram recebidos por mídia digital com diversas planilhas referentes aos dados de janeiro de 2016.

O questionário *online* foi criado no sítio eletrônico denominado FormSUS, ferramenta criada pelo Ministério da Saúde, disponível gratuitamente para pesquisas.

O questionário formou-se com base na literatura sobre regionalização e a participação social, além de discussão no grupo de pesquisa “Governança nas Regiões de Saúde do Brasil” para formação de consenso. Assim definiram-se 33 questões, dentre informações

pessoais do respondente, indicado no correio eletrônico como o Secretário (a) Executivo (a) ou o (a) Presidente do Conselho, e três eixos iniciais: regionalização, informações sobre a assistência e planejamento. E após confecção do instrumento, optou-se por inserir o eixo assistência no eixo de planejamento, para garantir fluidez nas respostas.

O *link* do FormsUSUS foi enviado pelo correio eletrônico duas vezes para cada CMS que possuía registro no SIACS e que tinha correio eletrônico registrado, ficando o *link* disponível no período 18/02/2016 a 30/04/2016.

No que tange aos dados qualitativos, foram realizadas quatro perguntas abertas no formulário *online*, a saber: 1) para você, o que é regionalização da saúde?; 2) qual o papel do conselho de saúde na regionalização em sua opinião?; 3) como foi o processo de formação das regiões de saúde no seu estado?; 4) na sua opinião, quais os desafios do controle social na atuação na regionalização?

As respostas foram categorizadas no *software MaxQDA* versão 12.

Além do questionário *online*, buscou-se realizar a caracterização dos respondentes a partir das informações levantadas pelo SIACS, onde foram criados três eixos: representatividade, autonomia e estrutura, de acordo com o modelo proposto por Vieira e Calvo (2016).

Para a construção do Eixo Representatividade, considerou-se o atendimento ou não à paridade de composição dos Conselhos estipulada na Lei nº 8.142/90: 50% usuários, 25% trabalhadores e 25% gestores e prestadores de serviços (BRASIL, 1991). Caso a paridade prevista estivesse correta o conselho foi considerado “adequado”, caso contrário “inadequado”. Embora o eixo Representatividade, no modelo de Vieira e Calvo (2016), houvesse outras variáveis, neste estudo houve uma adaptação para os dados que estavam disponíveis no SIACS.

Nos eixos de “estrutura” e “autonomia” foi realizado um juízo de valor de “Bom”, “Regular” e “Ruim”, conforme o modelo de análise de Vieira e Calvo (2016). Assim, caso o conselho tenha acima de 66% de itens positivos foi considerado “Bom”, de 33% a 65% foi considerado “Regular” e abaixo de 33% foi classificado como “Ruim”.

No eixo Estrutura, foram consideradas variáveis: a forma de criação do Conselho (Lei, Portaria ou Decreto); forma de preenchimento (online ou envio de formulário pelo correio a ser preenchido pelo CNS); qual o tipo de acesso do conselho a internet (discada ou banda larga); se possui sede própria; se possui secretaria executiva; e, se possui mesa diretora. Em relação ao Eixo Autonomia, foram considerados: se os CMS possuem orçamento próprio; se realizam capacitação; e, se realizam eleições para presidente.

Para a análise dos dados quantificáveis, foi utilizado o *software Data Analysis and Statistical Software (STATA)* versão 10, onde foram dispostos em cinco eixos finais de análise: representatividade, autonomia, estrutura, regionalização e planejamento.

3 I RESULTADOS

Com base nos relatórios recebidos, foi montado um banco geral com todas as informações dos 4.495 Conselhos Municipais de Saúde (CMS) registrados no SIACS. Constatou-se que 635 CMS não informavam contatos de correio eletrônico no banco. Destaca-se que dessa lista, 805 CMS possuíam contato eletrônico incorretos, ou seja, apenas 3.055 contatos foram considerados válidos.

Realizou-se a coleta de 18 de fevereiro a 30 de abril de 2016, onde foram recebidas 432 respostas. Dessas, houve a exclusão daqueles formulários que não apresentavam Estado e/ou Município, e respostas por município duplicadas, considerados apenas a última resposta enviada de acordo com data e hora.

Assim, consistiu em 374 respostas válidas de todos os municípios distribuídos, 25 estados e o Distrito Federal. Apenas o Estado do Amapá não participou do estudo, por não ter respondido o questionário.

Considerando os portes populacionais estabelecidos pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), 72,73% dos CMS respondentes pertencem a municípios de pequeno porte (menor de 50 mil habitantes), 14,97% são municípios de grande porte ou metrópoles (maiores de 100 mil habitantes), e, 12,30% são considerados de médio porte (de 50 mil a 100 mil habitantes). O maior percentual de respostas por região geográfica no Brasil foi na região Sul, com 29,9%, de acordo com a Tabela 1.

Regiões Geográficas	Questionários recebidos válidos (n)	%	CMS registrados no SIACS (n)	%
Sul	112	29,9	1141	25,4
Sudeste	106	28,4	1186	26,4
Nordeste	97	25,9	1433	31,9
Centro-Oeste	40	10,7	394	8,8
Norte	19	5,1	341	7,6
Total	374	100	4495	100

Tabela 1. Distribuição proporcional de questionários recebidos válidos por Região Geográfica em relação ao número total de Conselhos Municipais de Saúde registrados no SIACS, Brasil. 2016.

Fonte: Elaboração Própria

3.1 Descrição dos Participantes

Ao enviar o correio eletrônico, o qual tinha o *link* para o formulário *online*, foi destacado que o respondente deveria ser o presidente do CMS ou o Secretário (a) Executivo (a). A caracterização dos respondentes está descrita na Tabela 2.

Variáveis	n	%
Sexo		
Feminino	199	53,21
Masculino	173	46,26
Não Informado	2	0,53
Faixa Etária		
46 a 60 anos	139	37,17
36 a 45 anos	110	29,41
Até 35 anos	106	28,34
61 anos e acima	19	5,08
Escolaridade		
Graduação	157	41,98
Pós Graduação	133	35,56
Nível Médio	71	18,98
Nível fundamental	11	2,94
Não informado	2	0,54
Segmento Representativo		
Trabalhadores	147	39,30
Gestores	107	28,61
Usuários	93	24,87
Não Informado	18	4,81
Prestadores de serviços	9	2,41
Cargo		
Titular	304	81,28
Suplente	35	9,36
Não Informado	35	9,36
Compõe a Mesa Diretora		
Sim	300	80,21
Não	65	17,38
Não Informado	9	2,41
Tempo de Conselheiro		
Três a quatro anos	119	31,82
Acima de seis anos	107	28,61
Até dois anos	95	25,40
Cinco a seis anos	50	13,37
Não informaram	3	0,80

Tabela 2. Caracterização dos Respondentes ao Questionário *Online* sobre Regionalização e Participação social, Brasil, 2016.

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Organização e Funcionamento

Os dados quantitativos foram separados em cinco eixos principais, a saber, regionalização, planejamento, estrutura, representatividade e autonomia, segundo descrição na metodologia.

Os municípios respondentes foram cruzados com os dados do Sistema de Acompanhamentos de Conselhos de Saúde (SIACS), que possui todos os seus dados disponíveis em seu sítio eletrônico. Assim foram criados três eixos, estrutura, representatividade e autonomia.

A representatividade do Conselho é um dos itens mais recorrentes na literatura sobre participação social e nas normativas. De acordo com a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012), as vagas dos conselhos de saúde deveriam ser distribuídas da seguinte forma: 50% de entidades e movimentos representativos de usuários; 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde; 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos. Destaca-se que conforme destacado na Tabela 3, o segmento de usuários é o que possui maior número de CMS adequados.

Com base nos dados do SIACS, foi analisada a proporção dos participantes por vagas descritos na Tabela 3.

Variáveis por Eixo	n	%
Eixo Estrutura		
Boa	284	75,94
Regular	75	20,05
Ruim	15	4,01
Eixo Autonomia		
Regular	163	43,58
Boa	112	29,94
Ruim	91	24,33
Não informado	8	2,13
Eixo Representatividade		
Adequado	315	84,22
Inadequado	59	15,78

Tabela 3. Proporção dos eixos estrutura e autonomia dos conselhos de saúde respondentes do estudo, 2016.

Fonte: Elaboração própria

No Eixo Estrutura, 75,94% dos CMS tiveram a estrutura considerada “Boa” o que não corrobora com o estudo de Vieira e Calvo¹³ que encontrou na dimensão “estrutura” a maior porcentagem com escore “ruim” (21 municípios: 87,5%) no estado de Santa Catarina. Neste estudo os outros dados foram 20,05% regulares, e, 4,01% foram consideradas ruins, com base na quantidade de respostas afirmativas, entretanto ao se avaliar as variáveis em isolado, percebe-se que apenas 35,83% possuem sede própria e 46,27% tem orçamento próprio para execução de suas atividades.

Em relação ao eixo Autonomia, foram considerados se os CMS possuem orçamento próprio, se realizam capacitação e se realizam eleições para presidente. Assim verificou-se que 43,58% são considerados regulares, sendo assim considerada a variável mais fragilizada.

Os eixos Regionalização e Planejamento foram analisados com base nos questionários *online* enviados. Em relação ao eixo Regionalização, o maior percentual de respostas foi de 97,3% onde os CMS afirmaram ter o conhecimento sobre sua região de saúde, em complemento 84,4% destes informaram que se consideram como parte de uma região de saúde.

Ainda neste eixo destaca-se que 63,2% dos conselhos de saúde dos municípios do seu Estado não discutiram o processo de criação das Regiões de Saúde, e 80,1% indicaram que os Conselhos não foram ouvidos durante o processo de Regionalização.

No Eixo de Planejamento, 66,9% dos respondentes informaram que os Conselhos não participam da construção do plano de saúde de seu Estado, contrariando as competências estabelecidas pelas diretrizes da Participação Social no SUS, entretanto 70,7% informaram que a construção do Plano de Saúde do Estado foi com base os nos Planos de Saúde Regionais. Os resultados dos dois eixos foram descritos na Tabela 4.

Eixo e Variável	Sim		Não	
	N*	%	N*	%
Eixo Regionalização				
Conhece o Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011	225	61,6	141	38,5
Conhece o Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP)	230	63,0	135	37,0
Conhece a região de saúde que o seu município está inserido	362	97,3	10	2,7
Os conselhos de saúde dos municípios do seu Estado discutiram o processo de criação das regiões de Saúde	135	36,8	232	63,2
Já ocorreu alguma reunião ou fórum com os outros Conselhos de Saúde de sua região	193	53,0	171	47,0

No seu estado há Conselhos Regionais de Saúde	174	48,1	188	51,9
O seu conselho se considera como parte de uma Região de Saúde	308	84,4	57	15,6
Em sua opinião os Conselhos foram ouvidos durante o processo de Regionalização	73	19,9	294	80,1
Na sua perspectiva há integração entre os municípios que compõem as regiões de saúde	251	68,8	114	31,2
A região de saúde que o município está inserido possui Comissões Intergestores Regional	310	86,8	47	13,2
Daqueles CMS que possuem Comissão de Intergestores Regional, se acompanha as reuniões	87	34,9	162	65,1
Eixo Planejamento				
Se realiza o plano de saúde de seu Estado, com a participação do Conselho	115	33,1	233	66,9
A construção do Plano de Saúde do Estado foi com base os nos Planos de Saúde Regionais	232	70,7	96	29,3
Possui todos os serviços definidos pelo decreto 7.508: atenção primária; urgência e emergência; atenção psicossocial; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; e, vigilância em saúde.	225	60,1	149	39,9
Existem dificuldades para que a população acesse aos serviços de saúde da região	240	66,1	123	33,9

Tabela 4. Resultados do Questionário dos Conselhos Municipais de Saúde sobre Regionalização no SUS, Brasil, 2016.

*Algumas variáveis não atingiram o total de participantes (374), pois a resposta estava em branco.
Fonte: Elaboração Própria.

3.3 Percepção Sobre o Processo De Regionalização

Em relação às questões abertas do questionário, perguntou-se os participantes “o que seria regionalização para você?”, 47 de 374 não responderam. Para as respostas foi utilizada a categorização com base na repetição de palavras, as categorias identificadas foram: 1. Organização por Região (190 trechos); 2. Descentralização (54 trechos), que foi subdividido em 2.1 descentralização das ações e serviços (43 trechos); 2.2 descentralizações da rede de atenção (4 trechos); 2.3 descentralizações de decisões (7 trechos); e, por fim, 3. Diretriz do SUS (25 trechos).

Quando se questionou “como foi o processo de formação das regiões de saúde do seu Estado”, 109 participantes não responderam. Neste quesito foi identificada a grande categoria denominada “Ausência de Conhecimento e Participação”, onde foram encontrados 174 trechos, esta foi formada a partir da palavra mais citada que foi o “não”, dentre os respondentes.

A segunda Categoria criada para esta questão foi “Participação do Conselho” e que foram identificados em 34 trechos.

Em continuação questionou-se qual o papel do Conselho de saúde na regionalização (309 respostas) e quais os desafios identificados (286 respostas), entretanto as categorias encontradas eram compatíveis nos dois documentos sendo então analisados em conjunto. A categorização partiu das competências de um conselho de Saúde estabelecidos nas normativas do Conselho Nacional de Saúde, sendo elas: 1. Participação e representação (109 trechos); 2. Fiscalização (92 trechos); 3. Não atua na regionalização (66 trechos); 4. Acompanhamento (55 trechos); 5. Capacitação (36 trechos); e, 6. Fortalecimento (33 trechos).

Um grande desafio identificado é a falta de participação do Controle social, foi destacado que um grande problema é acabar com a barreira que existe entre os conselhos de saúde e os gestores do SUS. Destaca-se que os conselhos não possuem cadeira nos espaços deliberativos utilizados no processo de regionalização, como CIR, CIB e CIT.

4 | DISCUSSÃO

Um dos princípios da regionalização é a solidariedade entre municípios para o compartilhamento de ações e serviços de saúde, mas percebe-se que não há envolvimento dos conselhos de saúde, que poderia em muitos casos, facilitar o processo. Silva e Gomes (2013) destacam que o processo de regionalização Grande ABC, em São Paulo, foi “de cima para baixo” gerando desconfiança na população e em alguns momentos preconceito contra a população que ia buscar atendimento em município vizinho, os quais poderiam ser evitados, se houvesse a participação da população nas mudanças que ocorreram.

Identificou-se nos CMS que 63,2% dos conselhos de saúde dos municípios não discutiram o processo de criação das Regiões de Saúde, e 80,1% não foram ouvidos durante o processo de Regionalização, embora suas atividades sejam claramente estabelecidas, com um papel de formulador de políticas que está presente apenas em normativas. Uma grande fragilidade destes é a falta de autonomia identificada por 43,58% dos CMS serem considerados ‘regulares’ e 24,33% ‘ruins’, o que pode influenciar na participação efetiva, prejudicando a capacidade de cumprir ao mínimo suas competências, o que podem ter influenciado nos dados qualitativos.

Os conselhos são a instância representativa da população nas ações de saúde, mas para que sua atuação seja plena, eles necessitam de autonomia, estrutura e voz para

que as demandas sejam cumpridas, entretanto o grande ator o qual legitima as suas ações são os gestores em saúde, que veem o conselho como um grupo burocrático que tem o papel “apenas” de aprovar planos de saúde e seus relatórios de gestão¹⁹, ações que estão descritas no Decreto nº 7.508/2011.

Reis *et al.* (2015) corroboram com o papel encontrado nesta pesquisa, pois em seu estudo, especialistas concordavam que era necessário o aperfeiçoamento do controle social perante a regionalização, mas discordavam que os conselhos tivessem conhecimento técnico para o acompanhamento dos instrumentos de planejamento regional por parte dos Conselhos e à participação destes na contratualização dos prestadores de serviços. Tal entendimento partiu da compreensão de alguns especialistas, de que o papel dos Conselhos de Saúde deve ser voltado para aspectos mais gerais das políticas de saúde, definindo as diretrizes gerais de formulação dessas políticas.

Entretanto ao se identificar os Conselhos como atores importantes e com competências de acompanhar e formular a política de saúde, estes se fazem necessários na tomada de decisão como sendo a voz da população, onde poderiam identificar avanços e desafios para a efetivação da regionalização.

Embora desafios foram encontrados, a instituição de Conselhos Regionais de Saúde, pode ser uma saída para que a participação social se torne um ator relevante no processo de regionalização, uma vez que ele também deve atuar formular e propor estratégias no controle da execução das Políticas de Saúde¹³, entretanto essa conformação deve ser discutida entre os atores envolvidos, visto que todos os Conselhos são referência para um ente federado com definições de competências claras.

As limitações encontradas para a realização do presente estudo foram a disponibilidade dos dados autodeclarados, seja no SIACS, seja no questionário enviado, impossibilitando assim maiores questionamentos quanto aos dados disponíveis. Outra limitação encontrada foi em algumas questões abertas, em que as respostas foram retiradas das definições do Ministério da Saúde com inclusão de fonte, embora tenha sido indicado na questão quais eram as opiniões sobre o assunto.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi analisado o processo de regionalização da saúde no Brasil sob a perspectiva dos Conselhos Municipais de Saúde, com a caracterização dos respondentes utilizando o dos dados disponíveis no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS), onde percebeu-se que os CMS não participaram da conformação das regiões de saúde ou foram ouvidos, onde há divergência a partir dos atores de qual a real competência que possuem.

Por fim, este estudo aponta a necessidade de que se tenham mais pesquisas a cerca do tema, visto que a literatura é escassa, para que possa haver confronto de resultados,

vislumbrando assim, subsídios para refletir sobre o aprimoramento deste processo de regionalização e que os CMS sejam considerados atores relevantes.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
2. Brasil. **Lei nº 8.142, de 19 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. 1991. Fonte: Presidência da República: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em 04 ago. 2020.
3. BRASIL. **Portaria nº 545, de 20 de maio de 1993**. Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde, através da Norma Operacional Básica - SUS 01/93. Ministério da Saúde.
4. BRASIL. **Portaria Nº 373, de 27 de Fevereiro de 2002**. Normas Operacionais de Assistência a Saúde 2002. Fonte: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0373_27_02_2002.html>. Acesso em 04 ago. 2020.
5. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde**. 2. ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2006.
6. BRASIL. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2011; 28 jun.
7. DURÁN, P. R. F; GERSCHMAN, S. **Desafios da participação social nos conselhos de saúde**. Saúde e Sociedade [online]. 2014, v. 23, n. 3. Disponível em: <<https://scielosp.org/article/sausoc/2014.v23n3/884-896/#>>. Acesso em 04 ago. 2020.
8. MACHADO, C. V; LIMA, L. D; BAPTISTA, T. W. F. **Princípios organizativos e instâncias de gestão do SUS**. In: *Qualificação de gestores do SUS*. Oliveira, Roberta Gondim de (Org.). Rio de Janeiro, RJ : EAD/Ensp, 2009. 404 p., il
9. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 453. 2012 **Aprova diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde**. Fonte: Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde: Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2012/res0453_10_05_2012.htm>. Acesso em 04 ago. 2020.
10. MORAIS, I. A; VILAÇA, D.S.S; CRUZ, M.S. **Participação Social e Regionalização de Políticas Públicas no Brasil: O Caso da Saúde**. Atas CIAIQ2016>>Investigação Qualitativa em Saúde// Investigación-Cualitativa-en-Salud//Volume'2. Disponível em: <<http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/880/864>>. Acesso em 04 ago. 2020.
11. QUEVEDO, A. L. A; HECK R. M; JARDIM, V. M. R. **Conselhos de saúde e regionalização em saúde**. *J Nurs Health*, Pelotas (RS) 2012 jan/jun;2(1):28-37. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/3453>>. Acesso em 04 ago. 2020.

12. REIS, Y. A. C *et. al.* **Consensos sobre o papel do gestor estadual na regionalização da assistência à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Rev. Bras. Saude Mater. Infant. [Internet]. nov. 2010; 10(Suppl 1): s157-s172. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292010000500014&>. Acesso em 04 ago. 2020.
13. SILVA, E. C. da; GOMES, M. H de A. **Impasses no processo de regionalização do SUS: tramas locais**. Saúde soc., São Paulo, v. 22, n. 4, p. 1106-1116, Dez. 2013. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902013000400013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 04 ago. 2020.
14. VIEIRA M, CALVO MCM. **Avaliação das condições de atuação de Conselhos Municipais de Saúde no Estado de Santa Catarina, Brasil**. Cad. Saúde Pública [Internet]. Dez, 27(12): 2315-2326. 2011. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011001200004& >. Acesso em 04 ago. 2020

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso 3, 6, 7, 17, 24, 26, 27, 30, 31, 36, 47, 48, 51, 55, 63, 64, 68, 77, 78, 85, 86, 117, 118, 122, 125, 129, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 159, 184, 185, 191, 195, 197, 202

Adolescente 103, 107, 114, 115, 208, 209

Agrotóxicos 13, 141, 142

C

CAPS infantil 14, 204, 206

Ciências da Saúde 52, 65, 129

D

Dermatopatias 49

Diabetes Mellitus 11, 39, 40, 47, 48, 109, 113, 129, 225

DNA 27, 87, 88, 89, 90, 91, 97, 98, 99, 100, 172

Doenças Negligenciadas 79, 86

Drogas ilícitas 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 176

Duodenal Switch 178, 179, 184, 191, 196

E

Envelhecimento 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 46, 47, 224

Epidemiologia 10, 12, 19, 36, 79, 116, 163, 165

Erros de Medicação 151, 152, 160, 161

F

Formação Acadêmica 199, 200, 223

Formação profissional em saúde 14, 211, 213, 224

G

Genética 27, 87, 89, 99

Gordura subcutânea 103

Gravidez 2, 3, 5, 105, 205

I

Idoso 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 41

Infecções Estafilocócicas 49, 51

Integralidade na saúde 144

Interprofissional 14, 211, 212, 213, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Itinerários Terapêuticos 119, 120, 122, 128, 130

L

Legislação Farmacêutica 152

O

Obesidade 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 104, 110, 113, 115, 116, 118, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 191, 192, 194, 195, 196, 197

Ortorexia Nervosa 131, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140

P

País subdesenvolvido 79

Pandemias 10, 32, 33, 35

Participação Social 52, 53, 54, 57, 58, 59, 62, 63

Perfil de saúde 2, 102, 108, 109, 112

Política de Saúde 62

População Marginalizada 165

Práticas Integrativas 14, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Prescrição de Medicamentos 152, 158, 162, 163

Pressão Arterial 12, 41, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118

R

Regionalização 11, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64

Regulação da saúde 13, 144, 145, 147, 149

S

Saúde Comunitária 39

Saúde Mental 23, 24, 150, 167, 171, 204, 205, 210

Saúde Pública 3, 8, 12, 18, 33, 36, 40, 80, 102, 201

Sífilis Congênita 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Sistema Único de Saúde 11, 1, 4, 52, 63, 64, 65, 66, 75, 77, 78, 144, 145, 150, 185, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 211, 213, 222

Staphylococcus 49, 50, 51

SUS 1, 2, 4, 9, 30, 53, 54, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 185, 198, 199, 201, 202, 203, 212, 213, 219, 220, 222, 224

T

Tecnologia Biomédica 65

Transtornos Alimentares 132, 139

Transtornos Infantis 204

Tuberculose 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 81

U

Universitários 12, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140

CONHECIMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

CONHECIMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 